

SUMÁRIO

Prefácio	7
Nota Introdutória	9
1. A evolução das normas e a atuação do poder público na sua aplicação.....	19
1.1 O meio ambiente nas Constituições	19
1.2 O meio ambiente na legislação ordinária	24
1.3 Os órgãos responsáveis pela execução da política ambiental	29
1.4 A criação do IBAMA	31
1.5 A repartição da competência federal	32
1.6 As multas administrativas	34
2. O exercício do poder de polícia do Estado no controle das atividades nocivas ao meio ambiente	39
2.1 Penalidades por transgressão das normas ambientais.....	39
2.2 A comunicação do crime ambiental	42
2.3 As sanções administrativas e sua aplicação.....	48
2.4 O Auto de Infração.....	49
2.5 A infração administrativa na Lei dos Crimes Ambientais.....	55
2.6 Atividades condicionadas à aprovação prévia	61
2.7 As restrições de uso da propriedade	62
2.8 A competência para o licenciamento.....	66
2.9 A Ação Civil Pública para reparação do dano ambiental.....	76
2.10 Reserva Legal, manutenção e recomposição.....	79
2.11 Comentários aos artigos do Decreto n. 6.514, de 22.07.2008.....	85
3. Infrações administrativas contra o meio ambiente	87
3.1 Condutas infracionais e processo de apuração.....	87
3.2 Definição de infração administrativa ambiental	88
3.3 Sanções por infrações administrativas	89
3.4 Critérios para a dosagem das penalidades	99
3.5 Advertência	105
3.6 Aplicação cumulativa de advertência com outras sanções	110

3.7	Interstício mínimo para a aplicação de nova advertência.....	110
3.8	Dosagem da multa.....	111
3.9	Valor mínimo e máximo das multas.....	113
3.10	Multa diária.....	113
3.11	Reincidência e agravamento das sanções.....	116
3.12	Duplicidade de autuação.....	121
3.13	Destinação de recursos para o Fundo Nacional do Meio Ambiente.....	123
3.14	Apreensão de produtos e subprodutos.....	126
3.15	Destruição de produtos e suspensão de obras ou atividades.....	128
3.16	Limites do embargo ou interdição.....	129
3.17	Cessação do embargo ou interdição.....	131
3.18	Embargo de áreas desmatadas ou queimadas irregularmente.....	132
3.19	Embargo de Plano de Manejo Florestal.....	137
3.20	Sanções por descumprimento de embargo.....	139
3.21	Demolição de obra.....	141
3.22	Sanções restritivas de direito.....	144
3.23	Prazos prescricionais.....	146
3.24	Interrupção da prescrição.....	150
3.25	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA.....	151
4.	Infrações contra a fauna.....	157
4.1	Danos diretos contra a fauna.....	159
4.1.1	Fauna silvestre, exótica e doméstica.....	163
4.1.2	Espécies ameaçadas de extinção.....	164
4.1.3	Licença da autoridade competente.....	166
4.1.4	Manutenção e depósito.....	168
4.1.5	Quantidade autorizada e quantidade existente.....	171
4.1.6	Coleta de material científico.....	171
4.1.7	Multa por estimativa.....	172
4.2	Introdução de espécimes sem licença.....	172
4.3	Exportação de peles e couros de anfíbios e r�pteis.....	174
4.4	Prática de caça profissional.....	175
4.5	Produtos e instrumentos para a caça.....	178
4.6	Abusos e maus-tratos.....	178
4.7	Molestar cetáceos, pinípedes e sirênios.....	183
4.8	Registro de acervo de zoológicos e criadouros.....	185
4.9	Declaração de estoque de animais.....	187
4.10	Utilização de imagem de animais.....	189
4.11	Degradação de criatórios públicos de peixes.....	190
4.12	Pesca proibida.....	190
4.13	Pesca com explosivos ou substâncias tóxicas.....	194
4.14	Pesca sem registro ou autorização.....	195

4.15	Introdução de espécimes aquáticas sem autorização.....	196
4.16	Exploração de invertebrados aquáticos, algas e recifes	199
4.17	Espécies sobre-explotadas	200
4.18	Mapas de bordo	201
4.19	Definição de pesca.....	203
5.	Infrações contra a flora	205
5.1	Destruir ou danificar espécimes vegetais em Área de Preservação Per- manente	206
5.2	Árvores em Área de Preservação Permanente ou especialmente protegi- das.....	219
5.3	Extração de minerais de florestas públicas ou áreas de preservação per- manente	220
5.4	Fabricação de carvão.....	222
5.5	Transporte e comercialização de produtos florestais.....	223
5.5.1	O sistema de autorização e controle da exploração florestal	228
5.5.2	A Autorização para Transporte de Produto Florestal – ATPF	229
5.5.3	Documento de Origem Florestal – DOF.....	236
5.5.4	Mensuração da multa administrativa	241
5.6	Regeneração de vegetação	242
5.7	Danos a florestas ou vegetação não passível de exploração	247
5.8	Danos a florestas ou vegetação passível de exploração	251
5.9	Danos a florestas ou vegetação em reserva legal ou servidão florestal	252
5.9.1	Manejo florestal irregular	255
5.10	Desmatamento a corte raso.....	256
5.11	Exploração ou danos a vegetação sem autorização ambiental	256
5.12	Utilização de produto de área embargada.....	258
5.13	Falta de averbação da Reserva Legal.....	262
5.14	Plantas de ornamentação.....	270
5.15	Comércio e uso de motosserra	272
5.16	Uso de fogo.....	274
5.16.1	O uso do fogo na cultura de cana-de-açúcar	274
5.16.2	O uso do fogo para a renovação de pastagens	279
5.16.3	O uso do fogo após o desmatamento	284
5.16.4	Provocar incêndio.....	285
5.16.5	Provocar incêndio em floresta cultivada	286
5.16.6	Omissão nas ações preventivas	286
5.17	Venda e uso de balões	287
5.18	Agravantes nos danos à flora	289
5.19	Autorização de corte de espécies plantadas	289
5.20	A Incidência do Código Florestal nas Áreas Urbanas.....	290
5.20.1	O Recurso Especial 1.546.415/SC e sua fundamentação.....	290

5.20.2	As Áreas de Preservação Permanente (APP).....	293
5.20.3	A Aplicabilidade do Código Florestal em Áreas Urbanas.....	296
5.20.4	Conclusões.....	302
6.	Poluição	303
6.1	Poluição de qualquer natureza.....	303
6.2	Outros tipos de poluição	307
7.	Atividades minerárias.....	317
8.	Agrotóxicos.....	321
9.	Emissão de poluentes por veículos e motores.....	325
10.	Licenciamento ambiental.....	329
11.	Disseminação de praga ou doença	341
12.	Veículos e pneus.....	343
12.1	Condução de veículo adulterado	343
12.2	Licença para uso da configuração de veículo ou motor.....	345
12.3	Pneus usados	346
12.4	Alteração de características de veículos e motores	349
13.	Ordenamento urbano e patrimônio cultural	353
13.1	Danos contra bens especialmente protegidos.....	353
13.2	Edificações ou locais especialmente protegidos.....	355
13.3	Construção em solo não edificável	356
13.4	Pichamento ou conspurcação	357
14.	Infrações contra a administração ambiental.....	359
14.1	Cadastro Técnico Federal	359
14.2	Empecilho à fiscalização.....	362
14.3	Imposição de obstáculos ao georreferenciamento	363
14.4	Descumprimento de embargo	365
14.5	Deixar de atender notificação ou exigência	366
14.6	Falta de relatórios ou informações ambientais	367
14.7	Omissão ou falsidade de informação.....	368
14.8	Compensação ambiental	370
15.	Infrações cometidas em unidades de conservação.....	375
15.1	Introdução de espécies alóctones	375

15.2	Áreas delimitadas para criação de Unidades de Conservação	379
15.3	Pesquisa científica sem autorização em Unidade de Conservação.....	382
15.4	Exploração comercial de recursos de unidades de conservação	385
15.5	Utilização de imagens de unidades de conservação	385
15.6	Cultivo de OGM's em APA's ou zonas de amortecimentos.....	386
15.7	Desobediência aos regulamentos da unidade de conservação	389
15.8	Causar dano à unidade de conservação	391
15.9	Tentativa de dano à unidade de conservação	396
15.10	Agravamento das sanções no caso de unidades de conservação	397
16.	Processo administrativo para apuração de infrações ambientais.....	399
16.1	Princípios e critérios do processo administrativo	401
16.2	Início do processo administrativo	404
16.3	Conteúdo do auto de infração	409
16.4	Autuação do processo administrativo	411
16.5	Vício sanável no auto de infração.....	412
16.6	Vício insanável no auto de infração	414
16.7	Medidas administrativas preventivas e acautelatórias.....	416
16.8	Impossibilidade da apreensão.....	417
16.9	Apreensão de animais em unidade de conservação.....	421
16.10	Utilização do material apreendido.....	423
16.11	Guarda e depósito dos bens apreendidos.....	424
16.12	Fiel depositário de bens apreendidos.....	426
16.13	Destinação de bens apreendidos	428
16.14	Embargo de atividades e áreas	434
16.15	Suspensão de venda ou fabricação de produto.....	437
16.16	Suspensão da atividade	438
16.17	Destruição de produtos, subprodutos e instrumentos ilícitos.....	438
16.18	Demolição de obras ou edificações.....	440
17.	Defesa contra auto de infração.....	443
17.1	Defesa contra autuação administrativa	443
17.2	Teses de defesa mais comuns	446
17.2.1	Legislação ambiental e desenvolvimento econômico	446
17.2.2	Sanção desproporcional ou confiscatória.....	447
17.2.3	Situação econômica do autuado	448
17.2.4	Registro da ocorrência na polícia	448
17.2.5	Presunção de veracidade	449
17.2.6	Processo administrativo e processo penal.....	450
17.2.7	Perícia técnica e oitiva de testemunhas	451
17.2.8	Competência do agente autuante	452

17.3	Local da apresentação da defesa	454
17.4	Conteúdo da defesa	454
17.5	Representação para a defesa administrativa	455
17.6	Rejeição sumária da defesa	456
17.7	Ônus da prova	457
17.8	Contradita e provas de convicção	458
17.9	Rejeição de pedido de provas ou diligências	459
17.10	Manifestação do órgão jurídico	460
17.11	Alegações finais	462
18.	Julgamento	467
18.1	Adequação da sanção no julgamento	467
18.2	Prazo para o julgamento	470
18.3	Motivação da decisão	471
18.4	Notificação do resultado do julgamento	472
19.	Recurso	475
19.1	Instâncias recursais	475
19.2	Recurso de ofício	478
19.3	Efeito suspensivo do recurso	480
19.4	Alteração da sanção pela instância recursal	481
19.5	Recurso ao CONAMA	481
19.6	Requisitos de admissibilidade	481
19.7	Comunicação do julgamento do recurso	482
19.8	Notificação e atualização dos débitos	482
20.	Destinação dos bens e animais apreendidos	483
20.1	Destinatários das doações	494
20.2	Destruição de produtos tóxicos, perigosos ou nocivos	495
20.3	Transferência de bens doados	495
20.4	Venda de bens apreendidos	496
21.	Conversão de multa em serviços	499
21.1	Serviços de preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente	503
21.2	Danos decorrentes da infração	517
21.3	Requerimento da conversão da multa	518
21.4	Valor da conversão da multa e desconto pela adesão	520
21.5	Termo de compromisso de conversão da multa	525
21.6	Publicação do termo de compromisso	528
21.7	Conversão pleiteada com base em normas anteriores	528
21.8	Publicidade das sanções aplicadas	531

22. Competência da capitania dos portos	533
23. Normas complementares	535
24. <i>Vacatio legis</i>	537
24.1 Averbação de reserva legal	537
24.2 Embargos em reserva legal.....	537
25. Normas revogadas pelo Decreto 6.514, de 2008	541
26. Conclusões.....	543
Bibliografia	547